

FORDISMO E PÓS-FORDISMO: UMA ABORDAGEM REGULACIONISTA

Wagner Leal Arienti¹

Resumo:

Baseado nos conceitos de regime de acumulação e modo de regulação, propostos pelos autores da Escola Regulacionista, o *paper* mostra, inicialmente, as estruturas do Fordismo, desde o processo produtivo inovado por Henry Ford e as visões de organização da sociedade de Ford e Gramsci até a formação de uma relativa estabilidade no processo de acumulação nos trinta anos de pós-guerra. Em seguida, o pós-fordismo é visto como um conjunto de estratégias para superar a crise do fordismo, que atingiu as principais economias capitalistas desenvolvidas na década de 1970. Estas novas estratégias visam flexibilizar estruturas e compromissos fordistas que emperravam a acumulação de capital. Estas novas estratégias foram direcionadas para (i) processos mais flexíveis de produção, (ii) modificação na organização do trabalho e na relação capital-trabalho e (iii) formas mais cooperativas de relação inter-firmas. Apesar destas estratégias produzirem modificações nas estruturas capitalistas, o pós-fordismo é ainda uma transição, sem definição de um novo modo de regulação.

I- Introdução:

Os estudos sobre a evolução do Capitalismo contemporâneo apresentam vários termos novos, como crise do fordismo, neo-fordismo (AGLIETTA, 1979), pós-fordismo, especialização flexível (PIORE & SABEL, 1984), acumulação flexível (HARVEY, 1990), toyotismo ou ohnismo (CORIAT, 1994), fujitsuismo (KENNEY & FLORIDA, 1988), etc. Esta nova terminologia procura apontar as transformações recentes nas economias capitalistas, dando destaque às transformações frente a noções já estabelecidas. Apesar de não haver um consenso sobre o termo mais apropriado para expressar o conjunto de novos elementos que estão dando uma nova forma e dinâmica ao Capitalismo de final do século XX, esta terminologia tem um papel inicial de indicar estratégias inovadoras que estão mudando estruturas estabelecidas que caracterizaram as economias capitalistas nos trinta anos após a II Guerra Mundial. A transição que as economias capitalistas atravessam impede que um novo termo seja uma boa referência e síntese para a formação de um novo conjunto de estruturas econômicas e sociais pois as estratégias recentes alteraram as velhas estruturas mas ainda não cristalizaram as novas. Na história do Capitalismo, as mudanças geram estruturas que tem longa gestação e, por vezes, vida curta (JESSOP, 1992, p.59).

Estes novos termos devem também ser encarados como conceitos que procuram combinar velhos e novos elementos em relações originais. No entanto, a preocupação em indicar mudanças frente a noções sabidas implica que estes novos termos sejam mais referências para descrição de novos fenômenos sociais ou generalização de casos particulares bem sucedidos do que proposições que procuram dar conta de novas relações entre categorias mais abstratas e elementos em um nível mais concreto e específico. Acredita-se que a utilidade destes novos termos está em sua aproximação a conceitos intermediários, onde combinando-se de forma não contraditória com conceitos e proposições teóricas em um nível mais geral e abstrato, possa também combinar-se com elementos em níveis mais concreto e específico e com

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, Ph.D. em Política pela University of Essex, Inglaterra, Reino Unido.

elementos de outras regiões teóricas para analisar experiências recentes. Dado que estes termos procuram dar conta de mudanças nas economias capitalistas contemporâneas, devem estar integrados a uma grande teoria sobre o modo de produção capitalista e sua dinâmica. Além disso, dado seu nível intermediário, devem ter a preocupação de integrar elementos históricos para construir hipóteses operacionais que orientem estudos de caso de novas experiências e possam, assim, relacionar casos específicos com outros casos e apreender as mudanças que estão ocorrendo em várias economias e sociedades.

Entre os novos termos, o que se situa em um conjunto teórico e conceitual mais sólido, e por isto considerado mais promissor, é a dupla fordismo e pós-fordismo. Muito mais do que uma proposição de se trabalhar com uma simples dicotomia ou a sequência de uma "história binária" sobre a evolução do Capitalismo, como sugere a crítica de SAYER (1988, p.666), fordismo e pós-fordismo são conceitos intermediários que derivam de outros conceitos existentes no conjunto de teorias da Escola da Regulação Capitalista, que dentro do Marxismo propõem novas noções para explicar a evolução e diferenciação das economias capitalistas, (ARIENTI, 1996).

Um problema encontrado na literatura é que os termos fordismo e pós-fordismo são, por vezes, utilizados completamente desligados do arcabouço teórico regulacionista. Como veremos, fordismo pode ser aplicado para caracterizar e homenagear o processo de produção e de organização do trabalho introduzido por Henry Ford na segunda década do século XX, mas sem qualquer referência e relação com o conceito de regime de acumulação e modo de regulação, que são as proposições centrais das teorias da regulação capitalista. O objetivo deste *paper* é relacionar as várias aplicações do termo fordismo e pós-fordismo à abordagem regulacionista, acreditando assim contribuir para uma organização do debate ao discernir os conceitos e suas bases teóricas.

De forma adiantada, entende-se que o termo fordismo pode ser aplicado a várias estruturas que participaram da acumulação de capital e da regulação da acumulação em período histórico específico. Desta forma, fordismo pode ser utilizado para caracterizar o processo de produção, a organização do trabalho e o tipo de relação capital-trabalho na fábrica, a organização industrial das empresas, o regime macroeconômico de acumulação e as várias formas de regulação econômica e social existentes nas sociedades neste período. O importante é mostrar que estas estruturas, dispersas em níveis micro, meso e macro de análise, estiveram articuladas e reguladas de diversas formas nas formações econômicas e sociais. A combinação destas várias estruturas formando um período de relativa, embora temporária, estabilidade na acumulação de capital das economias avançadas durante o período de 30 anos após a II Guerra Mundial caracteriza historicamente o regime de acumulação e modo de regulação fordista. Embora algumas estruturas do fordismo tenham surgido anteriormente ao modo de regulação, como é o caso do processo de produção inventado por Henry Ford na segunda década do século XX.

Fordismo, portanto, refere-se aos vários elementos, estruturas e relações inter-estruturais que formaram um modo de regulação historicamente determinado. Como estamos tratando de um conceito intermediário, tal qual é entendido o modo de regulação, aplicado para caracterizar uma dada situação histórica que comporta várias diferenças nacionais e regionais, o fordismo pode assumir ainda formas variadas em níveis mais concretos e específicos. Por isso, podemos ver autores fazendo novas caracterizações como fordismo clássico para a economia americana, fordismo flexível para a economia alemã, fordismo parcial para a economia britânica, fordismo estatal para a economia francesa, fordismo tardio para as economias italiana e espanhola e fordismo periférico para os novos países industrializados do Terceiro Mundo, como Brasil e Coreia do Sul, LIPIETZ (1988), TICKELL & PECK (1992, p. 202). O fordismo deve ser entendido como um tipo-ideal de modo de regulação, que combina várias estruturas historicamente definidas mas permitindo ainda combinações com outros elementos mais específicos encontrados nas economias nacionais e regionais.

O fordismo, como modo de regulação das economias capitalistas avançadas no período de pós-guerra entra em crise no começo da década de 1970. Por várias causas conjunturais e estruturais, como veremos adiante, as economias avançadas

entraram em um período prolongado de crescimento baixo e inflação. Isto indicou que as estruturas fordistas, que geraram por um longo tempo taxas de lucro elevadas, proporcionalidades entre os departamentos e realização da produção, encontraram obstáculos para cumprir o papel de contra-tendência das crises inerentes às economias capitalistas. As informações e dados da evolução das economias capitalistas avançadas estão baseados em GLYN et al (1991). Neste contexto de crise do regime de acumulação e modo de regulação fordista devemos entender o pós-fordismo.

Pós-fordismo não significa simplesmente o que vem depois do fordismo. A utilidade do termo está em indicar as novas estratégias e formação de novas estruturas que apontam para superação da crise do fordismo. Desta forma, vários autores analisam mudanças no processo de produção e organização industrial, PIORE & SABEL (1984), CORIAT (1994), no paradigma tecnológico, ROOBEEK (1987), na relação capital-trabalho, LIPIETZ (1991), LIPIETZ & LEBORGNE (1988), na internacionalização do capital, ALTVATER (1992) e CHESNAIS (1996), como estratégias alternativas para formar novas estruturas que apresentem uma vantagem competitiva em relação aos elementos e estruturas típicos do período fordista.

A dificuldade em conceituar de forma mais precisa o termo pós-fordismo está no fato de que, apesar destas novas estratégias indicarem uma superação da crise do fordismo, ainda não formam um conjunto de estruturas que possa garantir uma estabilidade na acumulação de capital e um modo de regulação que controle fatores geradores de crise tanto do período fordista quanto do novo período de mudanças. De forma diferente do fordismo, o pós-fordismo não se refere a um regime de acumulação e modo de regulação, mas sim um período de transição onde novas estratégias promovem mudanças qualitativas nas estruturas capitalistas e em suas relações mas sem definição ainda de uma forma hegemônica que venha garantir, ainda que temporariamente, uma estabilidade na acumulação de capital. Pós-fordismo ainda é um período de gestação de uma nova fase do Capitalismo, com mudanças qualitativas nas estruturas econômicas e sociais mas permanecendo a relação capitalista básica.

O objetivo específico deste *paper* é apresentar alguns elementos, estruturas e relações que são caracterizados amplamente pelos termos fordista e pós-fordista e relacioná-los aos conceitos de regime de acumulação e modo de regulação propostos pelos autores da Escola da Regulação. Feito isto, podemos entender melhor a periodização do pós-guerra em auge do fordismo, sua crise e transição pósfordista. É a seguinte a organização de seções, após esta introdução. A seção sobre Fordismo está dividida em quatro sub-seções referentes às suas principais estruturas. A seção III refere-se ao período histórico da década de 1970, identificado como crise do fordismo. A seção IV procura indicar as principais estratégias pós-fordistas e a indefinição de um regime de acumulação e modo de regulação, o que caracteriza o pós-fordismo como uma transição.

II- Fordismo: as estruturas de um modo de regulação

II.1- Processo de Produção Fordista: homenagem a inovação de Henry Ford

A homenagem que o termo fordismo presta a Henry Ford deve-se às inovações no processo de produção e organização do trabalho introduzidas, em 1913, na montagem do automóvel Modelo T pela Ford Motor Company. As inovações de Ford foram um aprofundamento do princípio da mecanização que transfere para as máquinas o modo de operação do trabalho concreto realizado anteriormente pelos trabalhadores (AGLIETTA, 1979, p. 113). A expressão dominante no começo do século XX do princípio da mecanização era o Taylorismo, que representava a decomposição do processo de trabalho em vários segmentos e a fixação de movimentos ordenados e disciplinados pela *best practice* imposta pelos planejadores da produção, havendo assim uma completa separação entre planejamento e execução do trabalho e uma progressiva desqualificação do trabalho de execução. Conjuntamente com a redução da autonomia do trabalhador no processo de trabalho, ocorreu no Taylorismo um controle sobre o tempo de desempenho das tarefas específicas e rotineiras tendo em vista aumentar a intensidade do trabalho. Neste ponto está a inovação de Henry Ford ao introduzir o

fluxo contínuo na linha de montagem através da esteira rolante (*conveyor belt*). O fordismo como processo de produção recompõe as tarefas segmentadas pelo taylorismo ao permitir o movimento dos materiais até a máquina e o trabalhador apropriado, CLARKE (1991b, p. 135), WOOD (1989, p. 9). Este novo processo intensificou o trabalho ao reduzir o tempo gasto na transferência para outros segmentos e, além disso, permitiu que o controle da intensidade de trabalho fosse ditado pela linha de montagem semi-automática.

O impacto microeconômico desta inovação foi a redução drástica do tempo de trabalho para montagem do chassi do Modelo T de 12,5 horas/homem em 1913, imediatamente antes da introdução do fluxo contínuo, para 1,5 horas/homem em 1914, (ARNOLD AND FAUROT apud WILLIAMS et al, 1987, p.419). Em 1916, o preço do Ford T, era, descontada a inflação, um quarto do preço de 1908 quando começou a ser produzido. Mais importante, o significado econômico do processo de produção fordista ultrapassou a fábrica de Henry Ford. Este novo processo de produção permitiu a produção, em grande volume e com economia de escala, de produtos que exigem a montagem de uma série de componentes. A aplicação do processo fordista para produtos complexos mecânicos e eletrônicos permitiu a produção em massa de bens de consumo duráveis. Além disso, a revolução dos transportes feita pelo automóvel provocou uma ampliação territorial dos mercados que poderiam comercializar a oferta crescente de bens, (WILLIAMS et al., 1987, p.421) e CLARKE (1991, p. 134).

O processo de trabalho fordista exigiu outras modificações na produção. A produção em fluxo contínuo foi possível pela padronização dos componentes para evitar ajustamentos e interrupções na linha de montagem. A linha de montagem requeria também um *lay-out* de máquinas de acordo com a sequência do processo de produção. Isto permitiu que os engenheiros observassem os pontos de congestionamento na produção e a pesquisa e desenvolvimento tecnológico foram orientadas para a construção de máquinas específicas para determinada tarefa (CLARKE, 1991, p. 131). De um lado, a necessidade de padronização dos componentes implicou em um rígido controle sobre a cadeia de produção e, dependendo da estratégia da empresa, proporcionou a integração vertical da produção ou a dominação econômica de seus fornecedores, o que era uma estratégia de transferência de valor para as empresas dominantes. De outro lado, a construção de máquinas específicas implicou em uma certa rigidez no processo de produção que limitou a diversificação dos produtos. Na verdade, a produção em massa de um bem durável homogêneo, como o modelo Ford T e o Fusca da Volkswagen, foi uma estratégia destas empresas, e em particular uma teimosia de Henry Ford, do que uma limitação tecnológica do processo de produção, embora a diversificação de modelos era limitada e sua diferenciação superficial. De fato, a produção pouco diferenciada e a integração vertical são características, que indicam para uma rigidez do processo de produção fordista, foram sendo progressivamente modificados, ou flexibilizados, ao longo do tempo.

O processo de produção fordista não pode ser aplicado para todo e qualquer setor, dado a especificidade de cada produto e processo. No entanto, rejeitar o conceito de fordismo porque não permite vislumbrar os diferentes processos produtivos existentes na economia, como WILLIAMS et al (1987, p.419), é também deixar de perceber os impactos para a economia e sociedade proporcionado pela produção em massa de bens complexos pelo sistema de linha de montagem semi-automática. Além do impacto de redução de custos e do significado econômico da produção em massa de bens duráveis de consumo, o processo de produção fordista teve também impactos sobre outras estruturas sociais. O novo processo e organização do trabalho na fábrica gerou uma tendência a uniformização do trabalho concreto e reduziu as habilidades necessárias para o trabalhador, de um lado, e tornou o trabalho mais coletivo, de outro lado. Isto permitiu novas estratégias de capitalistas e trabalhadores que provocaram mudanças na relação capital-trabalho não só dentro da fábrica, como proposto por Ford e reivindicado por sindicatos de trabalhadores, mas também em toda a sociedade, como percebido por Gramsci. A produção em massa também requer uma ampliação do mercado para um consumo em massa que realiza os lucros, isto requer novas relações com estruturas em nível macro-econômico. As novas relações entre as estruturas desencadeada, mas não comandada, pela alteração radical na estrutura

produtiva revela o impacto e importância da inovação fordista no processo de produção.

II.2- Regulação do trabalho na fábrica e sociedade: Ford e Gramsci

O novo processo de produção introduzido por Henry Ford em sua fábrica implicou também em uma nova organização do trabalho e, frente as resistências não só políticas mas físicas dos trabalhadores, exigiu um nova forma de regulação do trabalho. A tecnologia aplicada intensificou o processo de produção e subordinou o ritmo de trabalho ao fluxo contínuo de produção. Mas a tecnologia por si mesma não subordinava o trabalho e o trabalhador, tornava-se necessário uma série de medidas para superar as resistências dos trabalhadores ao novo processo e controlá-los e adaptá-los ao novo trabalho concreto. A segunda inovação de Henry Ford foi as várias iniciativas de controlar e disciplinar os trabalhadores através de uma estratégia mista de incentivo e repressão dentro e fora da fábrica, CLARKE (1990), (1991b).

A primeira tentativa foi a criação de uma escala salarial relacionada com a qualificação do trabalho, apesar da uniformização cada vez maior do trabalho em sua fábrica, como uma forma de ter uma estrutura hierárquica entre os trabalhadores. A inovação de Ford veio em 1914 com o aumento de salários, o "*Five Dollar Day*", que mais do que dobrou o pagamento por hora de trabalho, e a redução na jornada de trabalho. Paralelo a este incentivo salarial, houve uma extensão da supervisão sobre a vida do trabalhadores, procurando verificar se estes adotariam valores morais condizentes com uma vida familiar tranquila e com o espírito puritano de dedicação ao trabalho. A estratégia de Ford era proporcionar uma mudança não apenas nas condições materiais do trabalhador mas também na vida familiar e social para uma melhor adaptação e subordinação ao novo processo de trabalho.

A estratégia de Ford foi possível de aplicar individualmente enquanto "salário de monopólio correspondia a lucro de monopólio" (GRAMSCI, 1989, p. 311). Nos primeiros anos, o aumento de produtividade compensou o aumento de salários e o Modelo T da Ford conquistou o mercado com redução de preços. Posteriormente, a concorrência da General Motors e a estratégia de diversificação de modelos, enquanto a Ford mantinha seu modelo tradicional, implicou na perda da situação de quase monopólio e pressões sobre o lucro e salários. A estratégia de controle do trabalhador foi mudando paulatinamente para menor incentivo e mais disciplina e repressão.

Deve-se ser visto também as estratégias dos trabalhadores na transformação da relação capital-trabalho. Apesar da intransigência de Henry Ford contra a organização fora de seu assistencialismo, os trabalhadores continuaram sua reivindicação de formação de sindicato e por acordos coletivos. Apenas em 1941, a Ford Company reconheceu o sindicato dos trabalhadores da indústria automobilística (Union of Automobile Workers - UAW), CLARKE, 1991b, p. 141). Isto significou que as modificações na relação capital-trabalho, que se seguiram após a introdução do processo de produção fordista, e que estiveram baseadas em crescimento do salário em uma relação aproximada com a produtividade e a inflação, não é fruto simplesmente da estratégia inovadora dos capitalistas, ou de um capitalista no caso de Henry Ford, mas dependeram também das estratégias de resistência e reivindicação dos trabalhadores. Este confronto de estratégias ocorreu tanto nas fábricas de Ford quanto em várias economias nacionais.

A percepção de que o método fordista de produção representava a "passagem de um individualismo econômico para uma economia planejada" foi feita por Gramsci em Americanismo e Fordismo (1989, p. 279). Para Gramsci, o fordismo representou uma racionalização que "determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção" (p.382). Fordismo é encarado como um modernismo que não encontra resistência na classe trabalhadora, segundo Gramsci (p.292), mas sim da plutocracia européia. "Na realidade, os trabalhadores italianos, como indivíduos e como organizações, ativa e passivamente, jamais se opuseram às inovações tendentes a diminuir os custos, a racionalizar o trabalho, a introduzir novos mecanismos e organizações técnicas mais perfeitas do complexo empresarial"(p. 387). A aplicação do Fordismo podia também ser feita sem

os demais elementos da cultura americana, mas Gramsci considerava necessária a formação de um novo trabalhador e de um novo tipo humano, com incentivos para o novo trabalho concreto. Respondendo a uma pergunta crucial formulada por ele mesmo, Gramsci afirma:

"... se o tipo de indústria e organização do trabalho e da produção própria da Ford é racional, pode e deve generalizar-se, ou se, ao contrário, trata-se de um fenômeno "degenerante" a ser combatido através da força sindical e da legislação. Em outras palavras, se é possível, através da pressão material e moral da sociedade e do Estado, levar os operários como massa a sofrer todo o processo de transformação psicofísico para fazer com que o tipo médio do operário da Ford se transforme no tipo médio do operário moderno, ou se isto é impossível porque levaria à degeneração física e à deterioração da raça, destruindo todas as forças de trabalho. Parece ser possível responder que o método Ford é racional, isto é, deve-se generalizar; mas para que isto ocorra faz-se necessário um longo processo, no qual verifiquem mudanças sociais e nos costumes e hábitos individuais. Entretanto, as mudanças não podem realizar-se através apenas da 'coerção', mas só através da combinação da coação (auto-disciplina) com a persuasão, inclusive sob a forma de altos salários, isto é, de possibilidades de melhorar o nível de vida; ou melhor, mais exatamente, de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um dispêndio particular de energias musculares e nervosas" (p. 406-7)

A realização do projeto de um novo tipo humano, novo trabalhador e nova sociedade não pode, ainda segundo Gramsci, ser imposta aos trabalhadores "por aqueles que pregam a virtude mas não a observam" (p. 395), mas pelo desenvolvimento da auto-disciplina dos trabalhadores dentro de um projeto socialista. No desenrolar da história, nem o projeto missionário de Ford, nem o projeto socialista de Gramsci se realizaram. A adaptação do trabalhador ao processo de produção fordista se deu mais pelo atendimento de demandas de aumento salarial, redução das horas diárias e semanais de trabalho, previdência social e segurança no emprego, isto é por um longo processo de transformação da relação capital-trabalho onde os trabalhadores também impuseram suas estratégias e obtiveram resultados positivos. No entanto, o trabalhador fordista adaptado ao trabalho duro e intenso do processo produtivo não deixou de ser influenciado também pelo "blue jeans, rock music, Coca-Cola, alcohol, arte moderna, fornicção, homossexualismo, [tatuagens e brincos]..." (Clarke, 1990, 146), o que era inimaginável nos trabalhadores ideais imaginados por Ford e Gramsci.

II.3- Regime de Acumulação Fordista:

Há definições diferentes para o conceito de regime de acumulação dentro da escola regulacionista. Examinando as definições de AGLIETTA (1979) e BOYER (1990), podemos entender a aplicação do termo fordista para análise do regime de acumulação no período de pós-guerra.

A definição de AGLIETTA relaciona no mesmo conceito as transformações no processo de trabalho para a geração de mais valia relativa e as transformações nas condições de reprodução dos trabalhadores assalariados (1979, p. 70). "Um regime de acumulação predominantemente intensivo cria um novo modo de vida para a classe trabalhadora assalariada..." (p. 71), "... a lógica desta transformação estrutural é a produção de um novo modo de consumo expressando a completa realização da relação salarial. Este modo de consumo é caracterizado pela dominação das relações mercantis sobre as relações não mercantis" (p.81). Para AGLIETTA, o desenvolvimento da indústria pesada destruiu progressivamente o modo de vida tradicional dos trabalhadores e separou totalmente o trabalhador das condições de existência e sobrevivência fora de uma relação mercantil. As estratégias de luta da classe trabalhadora passam a ser dirigidas para que a relação salarial proporcionasse a compra das mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho. O problema nas

economias capitalistas é que a própria relação entre capitalistas individuais e trabalhadores não garante uma coordenação entre as condições de produção e geração de mais valia, como no caso da produção em massa, e a relação salarial e as condições de consumo da classe trabalhadora. Esta desproporção pode causar problemas de realização macroeconômica. A crise econômica da década de 1930 é considerada por autores regulacionistas como uma crise de instalação do fordismo, onde as condições de produção já haviam sido transformadas e generalizadas permitindo a produção em grande volume mas as relações salariais competitivas ainda não permitiam um consumo em massa da classe trabalhadora, (LIPIETZ, 1986, p. 17), (BOYER, 1979, p. 112).

A definição de regime de acumulação de BOYER é mais ampla e refere-se "ao conjunto de regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação de capital, ou seja, que permitem absorver ou repartir no tempo as distorções que surgem permanentemente ao longo do próprio processo" (1990, 72). Pode-se considerar que existe consistência entre as duas definições quando observamos que a correspondência entre as condições de produção e as condições de consumo da classe trabalhadora é um elemento importante, embora não suficiente, para criar um certo equilíbrio entre produção e realização. Um ponto central na caracterização do regime de acumulação fordista é a combinação de produção em massa e consumo em massa, devido ao crescimento do consumo dos trabalhadores.

Se a produção em massa era proporcionada pela expansão do processo de produção fordista, o consumo em massa foi resultado da generalização da regulação salarial monopolista, isto é, a institucionalização de uma negociação salarial coletiva que garantia para os salários uma compensação pela variação no custo de vida e um aumento real que acompanhava aproximadamente os ganhos de produtividade, (BOYER 1979, p. 113). O círculo virtuoso do regime de acumulação fordista seria: produção em massa com ganhos de produtividade, aumento no salário devido ao aumento de produtividade, consumo em massa, lucros realizados, investimentos em equipamentos para a ampliação da produção em massa e novos aumentos de produtividade, (JESSOP, 1992, 47). Este equilíbrio entre produção em massa e consumo em massa foi muito mais uma aproximação do que uma efetivação. Além disso, este período de crescimento estável teve também a contribuição das intervenções estatais para controlar a demanda e assegurar pleno-emprego, como as políticas keynesianas, e de fatores extra-econômicos, como a guerra fria que exigiu crescentes gastos militares.

II.4- Modo de Regulação Fordista:

Para as teorias de regulação, um regime de acumulação se sustenta em um dado período pela combinação de estruturas econômicas e sociais de forma tal que regulam e controlam, parcialmente e temporariamente, fatores que possam causar instabilidade na econômica e crise social. Estas estruturas não são dominadas exclusivamente pelas estratégias dos capitais individuais e, portanto, não correspondem às necessidades e funcionalidades da acumulação de capital. As estruturas e suas articulações são resultado da relação das estratégias dos agentes econômicos e sociais, que podem ser classes sociais, segmentos de classe, grupos ou agentes institucionais e individuais participando de um dado movimento social. A articulação de dadas estruturas de modo a proporcionar a institucionalização de práticas e conflitos que neutralizam os fatores desestabilizadores da ordem social e dinâmica econômica são, de acordo com BOYER (1990), formas de regulação. A relação salarial, o Estado, a moeda e crédito e as relações internacionais são formas de regulação tradicionalmente analisadas pelos autores regulacionistas. O modo de regulação é o conjunto das várias formas de regulação em uma combinação tal que garante o regime de acumulação. O modo de regulação é o resultado contingente de várias estratégias, e por isso seu caráter histórico, do que o produto a priori e necessário da acumulação de capital, JESSOP (1990) e ARIENTI (1996).

O modo de regulação fordista é, portanto, o conjunto de estruturas que sustentaram o regime de acumulação intensivo de produção em massa e de integração da classe trabalhadora ao consumo em massa. Estas estruturas foram construídas e articuladas principalmente no período de pós-guerra. Entre estas estruturas está a relação

salarial monopolistasou forma de regulação salarial, que foi fruto das modificações na relação capital-trabalho devido, de um lado, à introdução do taylorismo e fordismo no processo produtivo e, de outro lado, à ampliação da organização sindical. A relação salarial monopolista que regulou os salários no período fordista é o caso típico de uma estrutura que institucionaliza uma prática social que é, por sua vez, resultado do conflito entre trabalhadores cada vez mais organizados e exigindo aumentos reais de salários e pleno emprego, capitalistas visando proteger seus lucros mas reconhecendo a barganha coletiva dos sindicatos de trabalhadores e temendo também a recessão, dado a experiência da década de 1930, e a intermediação do Estado, BOYER (1979).

Os Estados nacionais, como forma de regulação, cumpriram três importantes papéis na sustentação do regime de acumulação fordista, o que pode caracterizá-los como Estados fordistas. Pelo lado da oferta, coube ao Estado o investimento em infra-estrutura para a ampliação da produção dos bens de consumo duráveis nos setores mecânico, eletrônico e de telecomunicações. Foram incluídos como investimento social os gastos com a construção da rede rodoviária, a expansão da oferta de energia e dos canais de comunicação. Pelo lado da demanda, o Estado keynesiano foi o responsável pela política macroeconômica de controle da demanda efetiva próxima ao pleno emprego. A política keynesiana de gastos públicos teve variações nacionais, desde os investimentos sociais aplicados pelos governos sociais democratas aos gastos militares do governo americano. Pelo lado do controle social, os Estados fizeram tanto política de pleno emprego quanto política de bem-estar social (*welfare state*). A expansão dos gastos sociais em previdência, seguro desemprego, fixação de salário mínimo, distribuição de pensões e aposentadorias foram uma forma de distribuição de salário indireto que garantiu um controle social sobre a classe trabalhadora, através de reconhecimento de direitos sociais e concessão de benefícios, e uma forma de aumentar a integração de vários grupos da classe trabalhadora na sociedade de consumo.

A expansão do comércio, do setor de serviços e da burocracia estatal criou um grupo de trabalhadores com salários médios e altos que também foram um importante mercado para a produção em massa. De acordo com CLARKE, "o consumo da crescente classe média, além dos gastos militares, foram mais importantes para a absorção dos produtos dos setores mais dinâmicos da produção do que o consumo dos produtores diretos" (1991, p. 119). A expansão do crédito para financiar o acesso dos trabalhadores diretos e da classe média ao mercado de bens de consumo duráveis foi uma importante forma de regulação deste período. O crédito também foi importante para financiar as crescentes despesas militares e sociais dos Estados nacionais.

Apesar do círculo virtuoso do fordismo se referir a economias nacionais relativamente autônomas, as economias capitalistas desenvolvidas estavam integradas na economia internacional. A internacionalização do processo produtivo fordista é resultado da vantagem competitiva da economia americana e da vitória militar americana na II Guerra Mundial frente a uma Europa necessitando de rápida reconstrução. A hegemonia americana expandiu no imediato pós guerra os fluxos de comércio internacional e de transferência de capital, ALTVATER (1992, 27-8). A rápida reconstrução europeia, em bases fordista de produção, e do Japão geraram um rápido aumento de produtividade e convergência entre as economias desenvolvidas, sendo as economias alemã e japonesa os fenômenos positivos e Grã-Bretanha como o resultado mais fraco. A hegemonia americana também impôs um forma de regulação internacional baseada em sua moeda e taxas decâmbio fixas, sustentada pelos superavit da balança comercial americana. As economias do Terceiro Mundo, como a brasileira, também se beneficiaram com a exportação de capitais das economias desenvolvidas e aceleraram seu processo de industrialização no período pós-guerra e penetraram de forma dependente e parcial no fordismo internacional, o que LIPIETZ (1988) chamou de fordismo periférico ou de taylorismo sanguíneo. Apesar da industrialização dos países subdesenvolvidos, a economia internacional no imediato pós guerra, ou melhor após a reconstrução das economias avançadas, manteve a relação centro e periferia na divisão internacional do trabalho.

O modo de regulação fordista refere-se a este conjunto de estruturas que dentro de uma combinação historicamente determinada sustentaram o crescimento das economias capitalistas desenvolvidas no período 1945-75. Estas estruturas são múltiplas

e os autores regulacionistas se concentraram em apenas algumas formas de regulação. O importante é mostrar a articulação destas estruturas com as variáveis centrais da acumulação de capital e de que forma contribuíram para dar dinamismo e direção para a acumulação das economias nacionais. Neste entendimento, só tem sentido falar em fordismo e seu uso como qualificativo, como produção fordista, trabalhador fordista, Estado fordista, regime político fordista, se conseguirmos entender que trata-se de uma fase do Capitalismo contemporâneo que gerou, com um dado desenvolvimento tecnológico, uma produção em massa de bens complexos e estruturas econômicas e sociais que proporcionaram um mercado para o consumo em massa e o controle da relação capital-trabalho e de outros grupos sociais de forma a garantir uma acumulação de capital estável durante os 30 anos pós guerra.

III- Crise do Fordismo:

Assim como o fordismo é um regime de acumulação e modo de regulação historicamente determinado, a crise do fordismo também é um fato histórico. Apesar das contradições e crises inerentes ao modo de produção capitalista atuarem na deterioração das condições de lucratividade e acumulação existente no período fordista, não significa a crise final do Capitalismo. Também não acrescenta nada dizer como CLARKE que "(a) crise do fordismo não é nada de novo, é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do Capitalismo (1991, p.150). O interesse está em entender tanto a construção das estruturas que sustentaram o fordismo quanto as tensões nas combinações destas estruturas que levaram a sua crise e as estratégias alternativas para a sua superação.

De forma diferente da crise de 1930, considerada como "a primeira crise do (regime) intensivo de acumulação e a última da regulação competitiva (LIPIETZ, 1986, p. 17), que provocou uma brutal recessão nas economias capitalistas desenvolvidas, a crise do fordismo se caracteriza pela estagnação relativa, isto é, pelo declínio das taxas de crescimento das economias na década de 1970 em relação às décadas de 1950 e 1960, que foram o auge do fordismo. De acordo com GLYN et al, a taxa média de crescimento do PIB de uma amostra de 16 economias desenvolvidas se reduz de 4.9% no período 1950-73 para quase a metade, 2,5 %, no período 1973-79, a taxa média de crescimento do PIB per capita declina de 3,8 para 2,0 nestes dois períodos (1991, tabela 2.1, p. 42). A idade de ouro do Capitalismo no século XX, os trinta anos gloriosos e o fordismo, que são as várias referências usadas para este período de crescimento elevado e estável das economias capitalistas avançadas chega ao seu final por volta de 1973. Cabe, então identificar as suas causas.

Há um consenso entre os autores regulacionistas que a crise do fordismo não pode ser atribuída apenas ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional em 1973, apesar de seu inegável efeito negativo para as economias baseadas em energia barata. As causas da crise devem ser identificadas nas várias tensões nas combinações das estruturas fordistas e seus efeitos sobre a lucratividade média dos capitais. Nesta visão, a crise está mais relacionada a *profit-squeeze* (LIPIETZ, 1986) do que de saturação de mercados como proposto por PIORE & SABEL (1984). As principais causas apontadas pelos autores regulacionistas, que os dados de GLYN et al (1991) confirmam, serão apresentados a seguir, sem ser exaustivo e completo.

Pode-se dizer que o taylorismo e fordismo como processos de produção entram em crise na década de 1979 pois não conseguem apresentar o mesmo dinamismo e produtividade do período de auge. Houve um declínio na taxa de crescimento da produtividade do trabalho que atingiu o setor manufatureiro dos países desenvolvidos em final da década de 1960, como os EUA, ou no começo da década de 1970, como Alemanha, Japão e França, (GLIN et al, 1991, tabela 2.7, p. 74) e (MADISON apud ALTVATER, 1992, tabela 2.2, p. 29). A produtividade do capital também mostrou crescimento desacelerado, revelado pela redução na taxa de crescimento da razão produto-capital (GLYN et al, tabela 2.8, p. 75) e (MADISON apud ALTVATER, tabela 2.1, p.26). Para LIPIETZ (1986, p.22), (1988, p.16), o declínio do crescimento da produtividade deve-se a resistência dos trabalhadores ao processo de produção

fordista, que foi expresso nos conflitos em chão de fábrica e também na participação dos trabalhadores nas ruas em Maio de 1968, no caso francês,

Os trabalhadores tiveram estratégias de resistências e transformação tanto no processo de produção quanto na distribuição da renda. Apesar do declínio da produtividade, os salários reais permaneceram com taxas de crescimento regulares e a indexação dos salários nominais ficou ainda mais generalizada. Estas estratégias tiveram sucesso pela organização sindical dos trabalhadores, que aumentou suas reivindicações em final da década de 1960, pelo reconhecimento do acordos coletivos e pelas condições de oferta limitada de mão de obra, principalmente nos mercados europeus. Desta forma, a regra básica do compromisso salarial fordista, onde o salário real deveria acompanhar o aumento de produtividade, não pôde ser mantida. O crescimento constante dos salários reais esperado pelos trabalhadores, mesmo em momentos de desaceleração da produtividade, foi identificado como uma rigidez do compromisso salarial fordista. Posteriormente, várias estratégias dos capitais individuais e dos Estados foram dirigidas para flexibilizar este compromisso, principalmente quebrando a resistência dos trabalhadores pelo aumento do desemprego, resultado tanto de mudanças tecnológicas nas fábricas quanto de políticas de ajuste recessivo.

As relações internacionais alteraram em final na década de 1960 e início da década de 1970. O fato mais marcante é o aumento do preço do petróleo determinado pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) no mercado internacional. Sem dúvida, este choque de oferta elevou os custos dos insumos e teve também sua contribuição ao pressionar a lucratividade média dos capitais. Mas é importante entender nesta explicação de *profit-squeeze* por quê as margens de lucro não se mantiveram constante e repassaram o aumento de custos e salários para outros grupos sociais. A concorrência entre os capitais das economias desenvolvidas havia se elevado com o aumento dos fluxos comerciais e redução de barreiras alfandegárias e, principalmente, com a convergência tecnológica e produtiva entre as economias desenvolvidas que reduzia a vantagem comparativa e hegemonia econômica dos EUA (Glyn et al, 1991, p. 82). As relações internacionais entre economias centrais e periféricas também começam a se alterar com a entrada dos novos países industrializados (NICs) no mercado exportados de bens industrializados. O acesso dos produtos do fordismo periférico ao mercado internacional impunha restrições ao fordismo dos países centrais.

De forma não exaustivo, podemos verificar que vários fatores dentro das estruturas fordista de organização da produção, da relação capital-trabalho, das relações internacionais contribuíram para afetar negativamente a taxa de lucro média dos capitais e abalar o círculo virtuoso do regime de acumulação fordista.

Os Estados também viram-se cada vez mais limitados e burocratizados pelo crescimento do sistema de bem-estar e previdência (*welfare state*). A estratégias dos trabalhadores foi de ampliação da seguridade social, o que fez aumentar os serviços prestados pela assistência estatal e suas despesas. A própria noção de bem e serviço público se ampliou, havendo assim necessidade dos governos nacionais e locais aumentarem a oferta de educação, serviços médicos e para-médicos, recreação, além da necessidade de ampliar e melhorar a infra-estrutura urbana e rodoviária que inchava rapidamente, (ROOBEEK, 1987, p. 140). O controle e harmonia social proporcionado pelo *welfare state* era dispendioso e gestava uma crise financeira para os governos.

Algumas estratégias adotadas pelos capitais individuais e pelos governos dos Estados nacionais, como uma forma de reagir a redução de lucros e de contrapor a crescente organização dos trabalhadores, aprofundou a crise do fordismo e diferenciou as economias nacionais que adotaram rumos diferentes. A estratégia de globalização de mercados e mundialização da produção que visa produzir em economias periféricas de baixo salário os produtos mais intensivos em trabalho e que requerem uma tecnologia difundida, tem consequências micro e macroeconômicas para as economias nacionais. Do lado dos capitais individuais, esta estratégia busca a redução de custos para fugir dos altos salários pagos aos trabalhadores organizados das economias centrais. Ao exportar capitais, dentro da estratégia de mundialização da produção, e importar insumos baratos para a produção de bens mais complexos tecnologicamente está paralelamente exportando empregos e gerando problemas de realização em nível nacional. Os capitais,

então, vão procurar mercados internacionais, o que acirra a concorrência global. Do lado macroeconômico, esta estratégia rompe com a correspondência entre produção em massa e consumo em massa dentro de uma economia nacional.

As políticas econômicas mais preocupadas em controlar a inflação da década de 1970 do que em garantir o pleno emprego, tiveram o objetivo de reduzir o poder de barganha e de resistência dos sindicatos dos trabalhadores ao usar o desemprego como medida disciplinadora da força de trabalho. A busca de romper com algumas estruturas ou compromissos rígidos, do ponto de vista do capital, do fordismo teve efeitos micro e macroeconômicos dispares, como visto acima. A crise do fordismo gerou reações que aprofundaram a crise do regime de acumulação e destruíram as principais formas de regulação do período anterior. Começa, assim, um período de transição e turbulência do Capitalismo contemporâneo.

IV- Pós-Fordismo:

Pós-fordismo deve ser entendido como estratégias alternativas às típicas práticas fordistas e que tem, por sua vez, revelado uma vantagem na competição inter-capitalista. Estas estratégias podem ter surgido dentro do próprio fordismo como reação ao declínio de lucratividade provocado pela crise do fordismo ou podem ter sido adotadas previamente e mostrado uma maior competitividade e, por isso, isolado a crise que atingiu outros capitais e economias nacionais. Desta forma podemos contra-argumentar com autores que criticam a aplicação do termo pós-fordista para as empresas japoneses quando argumentam que no Japão não houve a adoção de forma generalizada do processo de produção fordista (SAYER, 1989). O importante é entender que o processo de produção, organização do trabalho, relação capital-trabalho, relações inter-capitalistas adotadas pelos capitais japoneses têm revelado, segundo alguns autores, uma vantagem competitiva no mercado internacional com os capitais em economias nacionais que adotaram estruturas fordistas (KENNEY & FLORIDA, 1988), CORIAT (1994). Esta vantagem competitiva de estruturas e estratégias alternativas aprofunda ainda mais a crise das estruturas fordistas. Como colocado anteriormente, o pós-fordismo não é apenas uma sequência cronológica do fordismo mas, e este é o ponto principal, reúne estratégias que superaram os problemas e crises do fordismo.

Flexibilidade tem sido um termo bastante aplicado para se referir a estas estratégias pós-fordistas. Este termo só tem sentido se considerarmos que a crise do fordismo estava relacionado a estruturas rígidas, isto é, existência de compromissos e práticas que impuseram limites ao capital. Esta rigidez está relacionada não apenas à tecnologia embutida nos equipamentos, aos processos de produção e à limitada diversificação de produtos mas também às relações sociais que estabeleceram um compromisso entre capital e trabalho com limites no processo de trabalho e regras na distribuição de renda. Quando o desenvolvimento tecnológico dentro da organização da produção fordista apresentou dificuldades para continuar seu crescimento acelerado e, de outro lado, os compromissos salariais se mostraram rígidos para baixo, as estruturas fordistas foram inflexíveis para se adaptar às reações e novas demandas dos capitais que procuravam novas estratégias para elevar a taxa de lucro. Desta forma, podemos entender HARVEY que propõem o termo "acumulação flexível" para as estratégias que procuram superar as formas rígidas do fordismo em vários momentos do circuito de valorização do capital (1990, p.147).

Novos elementos criaram maiores possibilidades e melhores condições para as estratégias em busca de maior flexibilidade. O primeiro elemento foi o novo paradigma tecnológico baseado na microeletrônica e biotecnologia que tem como característica ser poupadora simultaneamente de energia, de matéria e de emprego (ROOBEEK, 1987, p. 143). Além disso, sua difusão para vários setores e aplicação em vários produtos tem incentivado investimentos crescentes em pesquisa e desenvolvimento em busca de inovação tecnológica constante e endógena à empresa. Outro elemento, não tão novo na história do Capitalismo, mas que assume uma nova dimensão é a globalização da economia com fluxos crescentes de mercadorias, capital produtivo e financeiro nos mercados internacionais. Os efeitos são múltiplos tanto para as empresas, em termos de acirramento da concorrência, e decisão sobre localização da

produção e transferência de recursos financeiros quanto para os Estados nacionais que perdem o poder das políticas macroeconômicas e devem ajustar suas moedas a volatilidade dos fluxos internacionais. As estratégias de flexibilização enfrentam um contexto econômico de maior concorrência internacional, uma economia nacional mais sujeita a flutuações do que as economias de pleno emprego fordista e uma economia internacional desregulada (PECK & TICKELL, 1994, p.299).

As principais estratégias de flexibilização identificadas por vários autores são aquelas aplicadas: i) ao processo produtivo e a diferenciação de produtos; ii) a organização do trabalho nas unidades produtoras e a relação capital-trabalho e iii) a organização industrial e a relação entre firmas.

PIORE & SABEL (1984) lançam a hipótese de especialização flexível como a principal estratégia para superar os limites de produtividade e lucratividade enfrentados no processo de produção em massa de produtos pouco diferenciados. O problema da apresentação de PIORE & SABEL é que a hipótese instigante de especialização flexível vem dentro de uma abordagem original, porém de fraca evidência, de periodização da história da indústria em produção manufatureira-artesanal e produção em massa. Além disso, existe uma visão romantizada de que a especialização flexível, como superação dos entraves a produção em massa, seria o retorno da produção manufatureira-artesanal em pequenas empresas e dinamizada pelas recentes inovações tecnológicas. A crítica a meta-história dos autores e a visão romântica da revitalização da pequena produção artesanal aliada ao desenvolvimento tecnológico é feita, de forma competente, por WILLIAMS et al (1987) e POLLERT (1988). No entanto, a hipótese de especialização flexível permaneceu no debate sobre as principais mudanças no nível das empresas, SOUZA (1992).

O sistema de especialização flexível supõe a combinação de trabalhadores de múltiplas habilidades operando com equipamento de multiuso para a produção de produtos especializados para atingir mercados fragmentados. As múltiplas habilidades dos trabalhadores e o multiuso do equipamento permite a oferta diversificada produzida em pequenos lotes. A economia de escopo de pequenos lotes de produtos diferenciados substituiria a economia de escala na redução de custos. Isto significa que as empresas que flexibilizaram o seu processo produtivo e variaram a sua oferta com uma ampla diversificação de produtos tiveram, segundo PIORE & SABEL, uma vantagem competitiva frente a produção em massa de produtos pouco diferenciados da produção fordista. Cabe questionar quais os tipos de empresas que estiveram mais capacitadas para implantar estas estratégias que requerem um investimento em reestruturação produtiva, despesas constantes em P&D e inovação na oferta de bens. A possibilidade de combinação de economia de escala e de escopo e o elevado patamar de capital mínimo para o processo de produção com equipamento de multiuso revelam que as grandes empresas podem adotar esta estratégia de flexibilização com mais facilidades e vantagens do que as pequenas empresas, como idealizado por PIORE & SABEL, TOMANEY (1994) e CORIAT (1992).

Há otimismo também quanto a novas formas de organização do trabalho e alguns autores consideram que estas estratégias são o ponto diferencial do sucesso das empresas japonesas, SAYER (1989), CORIAT (1994). ITOH (1992). Segundo KENNEY & FLORIDA a "produção posfordista japonesa substitui a fragmentação de tarefas, especialização funcional, mecanização e o princípio de linha de montagem do fordismo por uma organização social da produção baseada no trabalho em equipe, rotação de tarefas, *learning by doing*, produção flexível e complexos de produção integrados" (1988, p. 122). O que os autores enfatizam é que o processo de trabalho tornando-se mais criativo e participativo do que a rotina taylorista e fordista há uma cooperação maior dos trabalhadores a se adaptarem as mudanças tecnológicas e da especialização flexível e uma preocupação maior com a qualidade do produto do trabalho. Esta nova organização do trabalho é apoiado por compromissos de garantia de emprego para o trabalhador dado pela empresa e estrutura salarial baseada em senioridade e mérito. Mas esta organização do trabalho e estes compromissos entre capital-trabalho não se encontram generalizados nem mesmo no Japão, onde persiste uma dualidade no mercado de trabalho com diferenciação entre os trabalhadores das grandes empresas, como Toyota que aplica esta organização, daí a referência ao toyotismo, e os

trabalhadores periféricos que podem ser encontrados em empresas subcontratadas, onde pode ser encontrado os métodos fordistas.

As novas estratégias também atingem a organização industrial e visam superar os problemas na cadeia de produção e a rigidez da integração vertical. PIORE & SABEL (1984) se referem a cooperação e complementariedade de pequenas empresas que formam distritos industriais com economias externas. Os analistas das empresas japonesas destacam a formação de complexos de *just-in-time* que reúnem empresas centrais e subcontratadas não apenas com um fluxo contínuo de fornecimento de insumos mas também com um fluxo contínuo de informações para um conhecimento e inovações mútuos. Forma-se um sistema de relações de quase-mercado e quase-integração, KENNEY & FLORIDA (1988, p. 137). A estratégia visa ter um novo equilíbrio entre competição, para estimular as inovações, e cooperação entre as empresas, para repartir conhecimento e operarem conjuntamente de forma eficiente e competitiva.

Se no nível microeconômico das estratégias dos capitais individuais devemos entender o pós-fordismo como uma tendência em direção a uma maior flexibilidade para quebrar estruturas e romper compromissos fordistas, no nível macroeconômico deve ser entendido como uma transição. O regime de acumulação de relativo equilíbrio, dentro das fronteiras das economias nacionais, de produção em massa e consumo em massa é rompido pela internacionalização dos capitais que vão buscar mercados além de suas economias nacionais e também procuram reduzir custos através de importações. Os salários voltam, portanto, a ser encarados simplesmente como custos e não mais como demanda em potencial, como no fordismo. Houve, assim, a destruição ou "de-formação" das velhas estruturas (do regime de acumulação) fordista ... (mas) a transformação para uma nova forma de acumulação e regulação ainda não ocorreu" (ALTVATER, 1992, p.45). De um lado, ocorre uma nova dinâmica de acumulação baseado em um novo círculo virtuoso de produção flexível, aumento de produtividade pelas novas tecnologias e economias de escopo, salários crescentes para os trabalhadores multi-funcionais, mercado internacionalizado e fragmentado para produtos diferenciados e aumento no lucros monopolistas devido a inovação tecnológica (*technological rent*), na visão otimista de JESSOP (1992, p. 62). De outro lado, as estratégias de flexibilização tem dividido o mercado de trabalho em trabalhadores centrais e periféricos e precarizado o emprego destes últimos, aumentado o desemprego e, por sua vez, a globalização tem reduzido o poder das políticas de estabilização dos Estados nacionais. Além disso, não houve a criação ainda de uma instituição internacional para regular os capitais que estão circulando internacionalmente e estabilizar suas flutuações. Desta forma, tanto em termos nacionais quanto em termos internacionais não se pode dizer que há a formação de um regime de acumulação.

As novas formas de regulação tem garantido apenas que as transformações nas estruturas iniciadas pelas estratégias de flexibilização não tenham gerado uma luta social aberta e fragmentação das sociedades nacionais. No entanto, se o desemprego e a precarização do emprego dos trabalhadores periféricos tem contribuído para uma desmobilização dos trabalhadores, revertendo uma tendência do modo de regulação fordista, esta forma de controle e coesão social pouco contribui para a formação de um regime de acumulação e modo de regulação pós-fordista. Nesta perspectiva, as políticas neo-liberais que tiveram força na década de 1980 devem ser entendidas como estratégias de governo com objetivo de destruir algumas estruturas fordistas, principalmente a regulação salarial, que emperravam uma maior flexibilização buscada pelos capitais. As políticas neo-liberais não estavam relacionadas a construção de nova forma de regulação, TOURAINE (1997). De outra forma, a resistência às políticas neo-liberais e o aparecimento de políticas sociais alternativas estão lidando mais com os problemas da crise do fordismo do que com a formulação de estratégias sociais que possam apoiar conscientemente um novo regime de acumulação e modo de regulação. É um período de transição em que novas estruturas estão sendo formadas por estratégias dos capitais e governos mas sem um projeto de articulação com os interesses dos grupos sociais ainda atrelados a estruturas fordistas e dos novos grupos surgidos de estruturas pós-fordista. Não há hegemonia mas sim sucessivos processo de conflitos e ajustamentos provisórios, típicos de períodos de transição.

Referências Bibliográficas:

- AGLIETTA, M. (1979) A Theory of Capitalist Regulation: the US experience. London: Verso.
- ALTVATER, E. (1992) Fordist and Post-Fordist International Division of Labor and Monetary Regimes. STORPER, M. & SCOTT, A. J. (editors) Pathways to Industrialization and Regional Development. London and New York: Routledge.
- ARIENTI, W.L. (1996) Teorias da Regulação Capitalista: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. Anais do Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, Niterói, mesa XV, pp.2-10. Também em Texto para Discussão, CNM/CSE/UFSC, n. 08/96.
- BOYER, R. (1979) Wage Formation in Historical Perspective: the French experience. Cambridge Journal of Economics, 3, pp. 99-118.
- BOYER, R. (1990) A Teoria da Regulação: uma análise crítica. São Paulo: Nobel.
- CLARKE, S. (1990) New Utopias for Old: Fordist dreams and Post-Fordist fantasies. Capital & Class, n.42, pp. 131-155.
- CLARKE, S. (1991a) Overaccumulation, Class Struggle and the Regulation Approach. Bonefeld, W & Holloway, J. (editors) Post-Fordism and Social Form. London: Macmillan.
- CLARKE, S. (1991b) Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia? Lua Nova, n. 24, setembro, pp. 117-150.
- CHESNAIS, F. (1996) A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã.
- CORIAT, B. (1994) Pensar pelo Averso. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan.
- GLYN, A.; HUGUES, A.; LIPIETZ, A.; SINGH, A. (1991) The Rise and Fall of the Golden Age. MARGLIN, S. & SCHOR, J. (editors) The Golden Age of Capitalism: reinterpreting postwar experience. New York: Clarendon.
- GRAMSCI, A. (1989) Americanismo e Fordismo. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. R.J.: Civilização Brasileira, sétima edição.
- HARVEY, D. (1990) The Conditions of Post-Modernity. Oxford & Cambridge, USA: Blackwell.
- JESSOP, B. (1990) Regulation Theory in Retrospect and Prospect. Economy and Society, vol.19, n. 2, pp. 153-216.
- JESSOP, B. (1992) Fordism and Post-Fordism: a critical reformulation. STORPER, M. & SCOTT, A. J. (editors) Pathways to Industrialization and Regional Development. London and New York: Routledge.
- JESSOP, B. (1994) Post-Fordism and the State. AMIN, A. (editor) Post-Fordism: a reader. Oxford & Cambridge, USA: Blackwell.
- KENNEY, M. & FLORIDA, R. (1988) Beyond Mass Production: Production and Labour Process in Japan. Politics and Society, vol. 16, n. 1, pp. 121-58.
- LIPIETZ, A. (1986) Behind the Crisis: the exhaustion of a regime of accumulation. A 'regulation school' perspective on some French empirical works. Review of Radical Political Economics, vol. 18, n. 1&2, pp.13-32.
- LIPIETZ, A. (1988) Miragens e Milagres. São Paulo: Nobel.
- LIPIETZ, A. (1991) As Relações Capital-Trabalho no Limiar do Século XXI. Ensaios FEE, vol. 12, n. 1, pp. 101-130.
- LIPIETZ, A. & LEBORGNE, D. (1988) O Pós-Fordismo e seu Espaço. Espaço & Debates, ano VII, n.25, pp. 12-29.
- PIORE, M.J. & SABEL, C. (1984) The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity. New York: Basic Books.
- POLLERT, A. (1988) Dismantling Flexibility. Capital & Class, n. 32, pp. 42-75.
- SAYER, A. (1989) Postfordism in Question. International Journal of Urban and Regional Research, vol. 13, n.4, pp. 666-695.
- ROOBEEK, A.J.M. (1987) The Crisis in Fordism and the Rise of a New Technological Paradigm. Futures, April, pp. 129-54.
- SOUZA, M.C.A.F. (1992) A Especialização Flexível e as Pequenas e Médias Empresas (PMEs): algumas notas sobre a visão de Piore & Sabel. Ensaios FEE, vol.13, n. 1, pp. 316-40.

- TICKELL, A. & PECK, J.A. (1992) Accumulation, Regulation and the Geographies of Post-Fordism: missing links in the regulationist research. Progress in Human Geography, vol. 16, n.2, pp. 190-218.
- TICKELL, A. & PECK, J.A. (1994) Searchinf for a New Institutional Fix: the After-Fordism Crisis and the Global-Local Disorder. AMIN, A. (editor) Post-Fordism: a reader. Oxford & Cambridge, USA: Blackwell.
- TOMANEY, J. (1994) A New Paradigm of Work Organization and Technology? AMIN, A. (editor) Post-Fordism: a reader. Oxford & Cambridge, USA: Blackwell.
- TOURAINÉ, A. (1997) O Fim da Transição Liberal. Folha de São Paulo, Caderno Mais, p. 5-3, 23 de fevereiro.
- WILLIAMS, K.; CUTLER, T; WILLIAMS, J.; HASLAM, C. (1987) The End of Mass Production? Economy and Society, vol. 16, n. 3, pp. 405-439.
- WOOD, S (1989) The Transformation of Work? In WOOD, S. (Editor) The Transformation of Work? Skill, Flexibility and the Labour Process. London and New York: Routledge.